

FR.2023.2657

Nº IBAMA: 02001.001577/2016-20 (CIF)

Belo Horizonte/MG, 25 de outubro 2023.

Ao COMITÊ INTERFEDERATIVO (CIF)

A/C: ILMO. SR. PRESIDENTE RODRIGO AGOSTINHO

- Protocolo via Sistema Eletrônico -


REF.: *Manifestação ao Item 5.4. da Pauta da 72ª Reunião Ordinária do Comitê Interfederativo*

FUNDAÇÃO RENOVA ("FUNDAÇÃO"), pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 25.135.507/0001-83, Avenida Getúlio Vargas, nº 671, 4º andar, Belo Horizonte/MG, CEP 30.112-021, vem, respeitosa e tempestivamente, **manifestar-se acerca do Item 5.4 da Pauta da 72ª Reunião Ordinária deste I. Comitê**, com fundamento na Cláusula 39, §§ 2º e 3º, do TAC Governança, e no art. 10, §§ 5º e 6º, do Regimento Interno do Comitê Interfederativo ("CIF"), nos termos que se seguem.

1. O referido item de pauta consiste no alegado descumprimento das Deliberação nº CIF 709/2023 ("Deliberação CIF 709"), a qual, com fundamento na Nota Técnica nº 85/2023 ("Nota Técnica") emitida pela Câmara Técnica de Saúde ("CT-Saúde"), aprovou o Plano de Ação em Saúde ("PAS") do município de São José do Goiabal, determinando que a FUNDAÇÃO desse início ao cumprimento do plano no prazo de 20 (vinte) dias.

2. Em atenção à manifestação referente à aprovação do PAS do município de São José do Goiabal (Ofício **FR.2023.1963**), a FUNDAÇÃO reitera a sua discordância em relação ao fluxo de recebimento, avaliação e validação dos

DS


DS


PAS, previsto na Nota Técnica e aprovados por meio das Deliberação CIF nº 709, requerendo a reforma da deliberação para que se aguardasse as conclusões dos Estudos em Saúde para revisão e início do cumprimento aos PAS.

3. Apesar de **não ter enfrentado os argumentos trazidos pela FUNDAÇÃO no ofício mencionado, de modo que não foi possível realizar uma discussão jurídica e técnica aprofundada sobre o assunto**, a CT-Saúde insiste em entender que a FUNDAÇÃO está incorrendo em descumprimento.

4. Apenas a título de recapitulação da argumentação, inicialmente, cumpre observar que as Cláusulas 05 e 06 do Termo de Transação e Ajustamento de Conduta ("TTAC") estabelecem quais são as ações necessárias para o desenvolvimento, aprovação e implementação dos programas¹.

5. Com efeito, em atenção ao que preveem as cláusulas em referência, os projetos, ações e medidas dos programas e projetos **devem ser definidos com base em estudo de avaliação dos impactos socioambientais e socioeconômicos decorrentes do rompimento da Barragem do Fundão** ("Rompimento").

6. Além disso, quando cabível, todas as atividades, ações e medidas estabelecidos pelos Programas **devem conter fundamentação científica, bem como atender aos princípios de proporcionalidade e eficiência**.

7. No tocante ao Programa de Apoio à Saúde Física e Mental da População Impactada ("PG-14"), este é descrito no TTAC como um dos programas

¹ **CLÁUSULA 05:** Para desenvolvimento, aprovação e implementação dos PROGRAMAS e PROJETOS deve ser observado, exceto se expressamente disposto de forma distinta neste Acordo:

II - A elaboração e a execução dos PROGRAMAS SOCIOECONÔMICOS deverão observar o padrão e normas das políticas públicas aplicáveis, além das demais disposições deste ACORDO

XIII - Os estudos a serem realizados pela FUNDAÇÃO, por meio dos EXPERTS a partir dos PROGRAMAS previstos no Acordo, orientarão a elaboração e a execução dos PROJETOS, cuja implementação terá o condão de reparar e/ou compensar os impactos, danos e perdas decorrentes do EVENTO.

CLÁUSULA 06: A elaboração e a execução, pela FUNDAÇÃO, dos PROJETOS e demais atividades, ações e medidas dos PROGRAMAS SOCIOAMBIENTAIS e PROGRAMAS SOCIOECONÔMICOS deverão considerar, ainda, os seguintes princípios ("PRINCÍPIOS"), exceto se expressamente disposto de forma distinta neste Acordo:

I- A recuperação socioambiental e socioeconômica terá por objetivo remediar, mitigar e reparar, incluindo indenizar, os impactos socioambientais e socioeconômicos, conforme o caso, advindos do EVENTO com base na SITUAÇÃO ANTERIOR.

11- Os PROJETOS e demais atividades, ações e medidas dos PROGRAMAS SOCIOAMBIENTAIS e PROGRAMAS SOCIOECONÔMICOS serão definidos conforme estudo de avaliação dos impactos socioambientais e socioeconômicos, conforme o caso, decorrentes do EVENTO, observados os prazos do Acordo, a ser realizado por EXPERTS, de forma que todos os PROJETOS, atividades, ações e medidas estabelecidos pelos PROGRAMAS contenham fundamentação científica, quando cabível, e guardem relação de proporcionalidade e eficiência, bem como voltadas à remediação elou compensação de impactos ambientais e socioeconômicos materializados em decorrência do EVENTO.

DS


DS


socioeconômicos que devem ser executados pela Fundação, mais especificamente na Seção IV – Saúde, Subseção IV.1, Cláusulas 106 a 112 do TTAC. O PG-14 possui **caráter reparatório**, tendo por objetivo central a reparação dos impactos à saúde da população que sejam **comprovadamente** decorrentes do Rompimento, tendo como referência o retorno à situação anterior ao evento.

8. Nos termos das Cláusulas 111 e 112 do TTAC, caberá à FUNDAÇÃO desenvolver estudos epidemiológicos e toxicológicos para identificar o perfil de saúde da população de forma a avaliar riscos e correlações com o Rompimento.

9. Ainda, de acordo, com a Deliberação nº 106 que aprova as bases mínimas para os estudos, o estudo de Avaliação de Risco à Saúde Humana (“ARSH”) será o primeiro a ser realizado e servirá de base para os demais estudos, os quais englobarão: estudo de saúde mental, estudo de saúde do trabalhador, estudo toxicológico, estudo epidemiológico descritivo analítico e estudo de seguimento populacional.

10. Atualmente, em razão da ausência de convergência entre FUNDAÇÃO e CIF a respeito da metodologia de elaboração dos estudos, a matéria se encontra sob o crivo da 4ª Vara Federal de Belo Horizonte/MG, no âmbito do incidente nº 1000260-43.2020.4.01.3800 (“Eixo Prioritário nº 2”), de modo que o Comitê, sequer, poderia estar determinando o cumprimento de PAS Municipais.

11. Inclusive, nos mesmos autos, restou reconhecida a **imprescindibilidade** da comprovação do nexo de causalidade entre o Rompimento e os danos alegadamente suportados pelos Municípios².

² Há, obviamente, um limite na responsabilização, ainda que em caso de um desastre de tal monta. **Por isso, este Juízo reforça a necessidade de se estabelecer o nexo causal entre desastre e efeitos**, sem prejuízo de o ônus caber ao poluidor. Há efeitos decorrentes do rompimento da barragem, cabendo às mineradoras a reparação e a compensação, e pode haver outros fatores, independentes do rompimento, cabendo ao Poder Público zelar, por exemplo, pela saúde da população quanto a eventuais elementos danosos. (...) **As empresas não podem, como parte que são, conduzir o processo de reparação, notadamente no tocante ao diagnóstico dos riscos e as implicações do evento em termos de saúde pública e ao Meio Ambiente.** Havendo divergência, o Judiciário não se furtará de apreciar a questão técnica, mediante perícia, desde que ela seja instaurada, desde já, com fixação adequada do ônus da prova, como acima se fez, com base no princípio da precaução. (...) A primeira ressalva judicial está relacionada com a imprescindível integração da análise de nexo de causalidade na condução dos estudos de Avaliação de Risco à saúde humana (metodologia ambiental), Risco Ecológico (metodologia ambiental), estudo toxicológico, estudo epidemiológico, não havendo se falar em presunção de nexo causal, mas sim em inversão do ônus da prova. As situações são distintas. O Nexo causal deve ser objeto desses estudos, pois faz parte da metodologia e integra a própria aferição do liame existente entre o rompimento e os agravos à saúde. A inversão do ônus da prova, objeto da presente decisão, está relacionada com a leitura da prova produzida, mas não legitima se imiscuir no objeto da prova e impedir que a parte contrária efetivamente demonstre a inexistência de nexo causal. A inversão do ônus está relacionada,

DS


DS


12. Estando ausente a base para elaboração dos demais estudos e, via de consequência, dos PAS Municipais, demonstra-se inviável sua elaboração e execução, sob pena de desvirtuamento dos **reais objetivos das ações**: compensar e reparar as consequências do Rompimento à saúde da população atingida.

13. Portanto, os PAS dos Municípios **devem ser elaborados a partir da análise dos impactos suportados e devem ser aderentes às políticas públicas de saúde vigentes e pautados pelos princípios de proporcionalidade e eficiência** – o que não foi respeitado pelo PAS elaborado pelo Município de São José do Goiabal, conforme trazido na impugnação apresentada após a aprovação da Deliberação CIF 709.

14. Reafirma-se, portanto, que até a conclusão dos estudos epidemiológicos e toxicológicos, não é possível estabelecer de maneira tecnicamente embasada quais as medidas reparatórias que devem ser adotadas pela FUNDAÇÃO.

15. Diante disso, é evidente que eventual pretensão do CIF de imposição à FUNDAÇÃO, **sem que existam estudos** epidemiológicos e toxicológicos que comprovem eventual correlação entre o Rompimento e os danos alegados, seria obrigá-la a tomar medidas que fogem de sua competência e sem cumprimento da premissa fundamental estabelecida no TTAC para esse fim.

16. Com a devida vênia em relação ao entendimento exarado por esse Comitê, há de se reconhecer que, nos termos da Cláusula 242 do TTAC, o papel atribuído ao CIF foi o de acompanhar, monitorar e fiscalizar os cumprimentos dos programas pactuados no TTAC, e não o de impor à FUNDAÇÃO o cumprimento de

principalmente, com o cenário de dúvida sobre o resultado da prova produzida. **Lado outro, não é correto imputar responsabilidade às empresas e à Fundação Renova em relação a agravos sobre os quais não parem dúvidas sejam totalmente dissociados do rompimento ocorrido em 5 de novembro de 2015 e seus desdobramentos. Entender de outro modo vulneraria, inclusive, o princípio da ampla defesa e do contraditório, pois os estudos que decorrem da presente decisão judicial são, em certo aspecto, definitivos, haja vista que ao Poder Judiciário é dado dirimir conflitos de interesse na sociedade com definitividade e, não obstante as decisões estejam sujeitas a recurso, o trânsito em julgado é um manto que representa a autoridade do Estado e superará quaisquer alegações técnicas.** Daí a necessidade de permitir e assegurar a realização da produção da prova, pois a legitimidade do trânsito em julgado reclama que o aspecto cogente que é inerente à sua natureza esteja justificado pelo debate e contraditório antes que seu efeito pacificador e impositivo seja plenamente estabelecido. **Havendo alegação de que o caminho técnico estabelecido de acordo com orientação do CIF é tecnicamente incorreto, figura necessário oportunizar que a prova a ser produzida tenha aptidão, em abstrato, de aferir se a linha de raciocínio das empresas e da Fundação Renova se sustenta.** (g. n.)

DS


DS


determinação que se encontra em dissonância expressa com os termos do instrumento.

17. Rememora-se, ainda, em relação ao PAS de São José do Goiabal, conforme já exposto pela FUNDAÇÃO, que este, em momento algum, demonstrou o nexo de causalidade entre os alegados impactos à saúde da população e o Rompimento.

18. Em relação à **Atenção Primária à Saúde**, o PAS descreve a necessidade de ampliação dos serviços para assegurar a capacidade de respostas às demandas de saúde da população após o Rompimento, mas não aponta sobrecarga no serviço de saúde, tampouco danos estruturais em equipamento público que resguardecem evidências técnicas-científicas de impacto decorrente do Rompimento.

19. Ainda, em observância às Cláusulas 111 e 112 do TTAC, não foi feito um cotejo entre a situação do Município antes e depois do Rompimento, de modo a impossibilitar a implementação de medidas mitigatórias e reparatórias no presente momento.

20. Em relação à **Atenção Especializada**, o PAS solicita o aumento das cotas para atendimento especializado junto ao Consórcio Intermunicipal de Saúde do Vale do Piranga ("CISAMAPI") para atendimento à demanda pós Rompimento. No entanto, não apresenta dados que descrevam um aumento da demanda que exceda a capacidade instalada no Município, tampouco demonstra correlação com o Rompimento. Ainda, em observância às Cláusulas 111 e 112 do TTAC, não foi feito um cotejo entre a situação do Município antes e depois do Rompimento, de modo a impossibilitar a implementação de medidas mitigatórias e reparatórias no presente momento.

21. Em relação à **Saúde Mental**, o PAS menciona a necessidade de fortalecimento da assistência em Saúde Mental, porém não especifica as ações necessárias e não descreve os possíveis impactos e a correlação com o Rompimento.

22. Quanto à **Vigilância em Saúde**, mesmo diante das inúmeras solicitações para suplementação e fornecimento de ações, o PAS não descreve

DS


DS


evidências dos possíveis impactos e correlação com o Rompimento que justifiquem as intervenções e/ou implementações das solicitações.

23. Ainda, em relação à **Educação Permanente/Continuada**, baseada nas Cláusulas 106 e 107 do TTAC, a Fundação implementou entre junho de 2021 e outubro de 2022, o Programa de Capacitações para os municípios da calha do Rio Doce.

24. Por fim, em relação ao **Transporte Sanitário**, o PAS refere a importância de aquisição de 1 (um) veículo para facilitar o deslocamento da equipe para acompanhamento da população atingida. Destacamos que no PAS não há registro de falta de transporte que impossibilite o deslocamento da equipe para atender à população residente nas comunidades rurais e justifique a aquisição de veículo para suplementação da central de transporte sanitário municipal, tampouco correlação com o Rompimento.

25. Assim, tendo em vista o exposto, a FUNDAÇÃO **não pode ser compelida a dar início ao PAS do Município de São José do Goiabal**, porquanto **(i)** este foi aprovado em desacordo com os ditames das Cláusulas do TTAC; **(ii)** não logra êxito em demonstrar a correlação entre as medidas propostas e o Rompimento; e **(ii)** os estudos em saúde ainda não foram executados e são objeto de discussão nos autos do Eixo Prioritário nº 02, assim, de modo reflexo, a elaboração e cumprimento do PAS também se inserem no objeto judicializado.

26. Pelo exposto, a FUNDAÇÃO requer seja **reprovada** a minuta de deliberação relativa ao item 5.4 da pauta, uma vez que os estudos epidemiológicos e toxicológicos para avaliação de riscos e correlações com o Rompimento não foram executados, não podendo a FUNDAÇÃO ser compelida ao cumprimento do PAS.

DS


DS


Termos em que,
Pede deferimento.

FUNDAÇÃO RENOVA

DocuSigned by:

Paula Cambraia De Mendonça Vianna

51580782CB104FB...

PAULA CAMBRAIA DE MENDONÇA

VIANNA

PROGRAMA DE SAÚDE

DocuSigned by:

Maria Lethícia Campos Mata

5764A93A30734BE...

MARIA LETHICIA CAMPOS MATA

GERÊNCIA JURÍDICA